

**Prefeitura de Goiânia**

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação
Gabinete do Secretário

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12, 29 DE OUTUBRO DE 2024

Estabelece o fluxo do processo administrativo e documentação necessária para o licenciamento da instalação de infraestrutura de suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR, no âmbito da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação - SEPLANH.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe conferem o art. 46 da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, e o inciso X do art. 6º do Regimento Interno da SEPLANH, aprovado pelo Decreto nº 522, de 15 de fevereiro de 2022, bem como o disposto na Lei nº 11.003, de 20 de julho de 2023, e no art. 8º do Decreto nº 767, de 11 de março de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º Esta instrução estabelece o fluxo do processo administrativo e documentação necessária para o licenciamento da instalação de infraestrutura de suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR, no âmbito da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação – SEPLANH, nos termos do art. 8º do Decreto nº 767, de 11 de março de 2024.

§ 1º O licenciamento de que trata o *caput* deste artigo, que poderá ocorrer em imóvel privado, logradouros públicos ou demais bens públicos, abarca os seguintes atos administrativos na SEPLANH:

I - Alvará de Autorização;

II - Permissão de Uso, quando a instalação ocorrer em logradouros públicos ou demais bens públicos municipais.

§ 2º O processo de licenciamento de que trata o *caput* deste artigo, que se dará mediante procedimento único e simplificado, nos termos do art. 4º da Lei nº 11.003, de 20 de julho de 2023, apresentará fluxo diferenciado de acordo com a localização da infraestrutura.

Art. 2º Ficam definidos os seguintes fluxos de processo para o caso de instalação da infraestrutura de suporte em imóvel privado:

I - abertura de processo físico com assunto Alvará de Autorização de Infraestrutura de Suporte, que será transformado em processo via Sistema Eletrônico de Informações - SEI, com a documentação constante no Anexo I desta Instrução Normativa, mediante o pagamento da taxa prevista no item 13 da Tabela VI do Anexo IX da Lei Complementar nº 344, de 30 de setembro de 2021;

II - encaminhamento à Secretaria Geral da SEPLANH para posterior envio ao Comitê Técnico de Análise do Uso e Ocupação do Solo – COMTEC, para emissão do Uso do Solo específico, de acordo com o tipo de infraestrutura de suporte informada no requerimento;

III - encaminhamento à Chefia da Advocacia Setorial da SEPLANH para a conferência documental;

IV - estando a documentação conforme, encaminhamento do processo à Diretoria de Análise e Aprovação de Projetos para análise do projeto e emissão do Alvará de Autorização.

Parágrafo único. O procedimento previsto nos incisos do *caput* deste artigo também será aplicado para o caso da infraestrutura de suporte a ser instalada em bem público estadual ou federal, ficando condicionada à apresentação de permissão/autorização do órgão ou entidade do ente federativo respectivo e dos demais documentos constantes no Anexo I desta Instrução Normativa.

Art. 3º Ficam definidos os seguintes fluxos de processo para o caso de instalação da infraestrutura de suporte em logradouros públicos ou demais bens públicos municipais:

I - abertura de processo físico com assunto de Permissão de Uso de bem público municipal para instalação de infraestrutura de suporte, que será transformado em processo via SEI, com a documentação constante no Anexo II desta Instrução Normativa, mediante o pagamento da taxa prevista no item 29 (referente aos atos e serviços relacionados com planejamento, habitação e fiscalização urbana) da Tabela XVIII do Anexo IX da Lei Complementar nº 344, de 2021;

II - envio à Gerência de Atualização Cadastral e Áreas Públicas – GERCAN e/ou Gerência de Gestão Territorial e Mobilidade - GERGTm para análise quanto à área pública pretendida e a mobilidade, respectivamente;

III - havendo manifestação favorável das unidades previstas no inciso II deste artigo, encaminhamento à CHEADV para elaboração da minuta do Termo de Permissão de Uso, ouvida a Procuradoria Geral do Município - PGM;

IV - assinatura do Termo de Permissão de Uso pelo secretário da SEPLANH, assistida pela PGM;

V - após a assinatura do Termo de Permissão de Uso e sua publicação no Diário Oficial do Município de Goiânia, abertura de processo físico com assunto de Alvará de Autorização para instalação de infraestrutura de suporte, o qual será digitalmente anexado ao processo via SEI de que trata o inciso I do *caput* deste artigo, com a documentação constante no item “observação” do Anexo II desta Instrução Normativa, mediante o pagamento da taxa prevista no item 13 da Tabela VI do Anexo IX da Lei Complementar nº 344, de 2021;

VI - atendimento aos incisos II, III e IV do *caput* do art. 2º desta Instrução.

Parágrafo único. No caso de infraestrutura de suporte em logradouros públicos ou demais bens públicos municipais e para efeito de aplicação do inciso II do art. 2º desta Instrução Normativa, o COMTEC deverá emitir parecer técnico contendo as diretrizes técnicas para instalação, nos termos do § 1º do art. 18 da Lei nº 11.003, de 2023.

Art. 4º Para o caso em que haja exigência de emissão de licença ambiental, os autos serão enviados à Agência Municipal do Meio Ambiente – AMMA, para as devidas providências.

Art. 5º Para o caso de instalação de ETR de pequeno porte em infraestrutura de suporte localizada em logradouros públicos ou demais bens públicos municipais, o interessado deverá comunicar a SEPLANH no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da instalação.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO PARA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO EM ÁREA PARTICULAR

I - requerimento informando a localização da área a ser utilizada, o tipo e porte da infraestrutura a ser instalada, conforme Anexo III desta Instrução Normativa;

II - contrato social da empresa detentora da infraestrutura de suporte e solicitante do processo;

III - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ da empresa detentora pela infraestrutura de suporte;

IV - contrato de locação, certidão de registro ou qualquer outro documento legal que comprove a autorização do proprietário ou do possuidor do imóvel ou seus representantes legais, para instalação da infraestrutura de suporte em bem privado;

V - procuração, emitida pela empresa detentora da infraestrutura de suporte, com poderes para o signatário do requerimento, quando for o caso;

VI - declaração da detentora indicando qual será, inicialmente, a prestadora responsável pelas ETRs implantadas na infraestrutura de suporte e responsável pelo licenciamento junto à Anatel;

VII - projeto contendo planta de situação, planta baixa e de locação, vistas e cortes necessário para o correto entendimento da estrutura apresentada, em formato PDF;

VIII - ART ou RRT do projeto e da execução da infraestrutura de suporte;

IX - manifestação favorável ou documento autorizativo do órgão ou entidade responsável pelo tombamento, no caso de imóveis tombados;

X - documento autorizativo do órgão responsável pelo espaço aéreo ou declaração de inexigibilidade do referido órgão em casos de dispensa de autorização, quando o lote/área estiver localizado em Zona Aeroportuária.

Observação: Caso a infraestrutura de suporte seja localizada em bem público estadual ou federal, o interessado deverá apresentar os documentos constantes neste anexo, ressalvado o previsto no inciso IV, bem como deverá apresentar a permissão/autorização do órgão ou entidade do ente federativo respectivo.

ANEXO II

DOCUMENTAÇÃO PARA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE PERMISSÃO DE USO EM BEM PÚBLICO MUNICIPAL

I - requerimento solicitando o uso de bem/área pública, informando a localização da área pública, o local para a instalação da infraestrutura, além de seu tipo e porte, conforme Anexo III desta Instrução Normativa;

II - contrato social da empresa detentora da infraestrutura de suporte e solicitante do processo;

III - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ da empresa detentora pela infraestrutura de suporte;

IV - procuração, emitida pela empresa detentora da infraestrutura de suporte, com poderes para o signatário do requerimento, quando for o caso;

V - declaração da detentora indicando qual será, inicialmente, a prestadora responsável pelas ETRs implantadas na infraestrutura de suporte e responsável pelo licenciamento junto à Anatel.

Observação: Após a assinatura do Termo de Permissão de Uso e sua publicação no Diário Oficial do Município de Goiânia, o interessado deverá apresentar os documentos previstos nos incisos VII a X do Anexo I desta Instrução Normativa, quando da abertura do processo de Alvará de Autorização. Os documentos contidos neste Anexo poderão ser aproveitados no processo de Alvará de Autorização.

ANEXO III
MODELO DE REQUERIMENTO

	PREFEITURA DE GOIÂNIA	<u>Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação</u>
REQUERIMENTO PARA INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE SUPORTE PARA ETR		
INTERESSADO: _____		
CPF/CNPJ: _____ INSCRIÇÃO MUNICIPAL: _____		
SOLICITA A INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE SUPORTE EM ÁREA:		
<input type="checkbox"/> PARTICULAR		
<input type="checkbox"/> PÚBLICA MUNICIPAL		
<input type="checkbox"/> PÚBLICA FEDERAL		
<input type="checkbox"/> PÚBLICA ESTADUAL		
TIPO DE INFRAESTRUTURA SUPORTE PARA ETR:		
<input type="checkbox"/> TORRE (CNAE Nº 422190401)		
<input type="checkbox"/> POSTE (CNAE Nº 422190402)		
ENDEREÇO DO INTERESSADO:		
RUA/AV/PRAÇA/AL: _____, Nº _____		
QD. _____, LT. _____, SL. _____, BAIRRO _____		
CEP: _____, E-MAIL: _____, FONE: _____		
ENDEREÇO DO LOCAL A SER INSTALADA A INFRAESTRUTURA DE SUPORTE:		
RUA/AV/PRAÇA/AL: _____, Nº _____		
QD. _____, LT. _____, SL. _____, BAIRRO _____		
CEP: _____, IPTU: _____		
DEMAIS COMPLEMENTOS PARA A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA: _____		

TERMO EM QUE PEDE DEFERIMENTO, ASSUMINDO TOTAL RESPONSABILIDADE PELAS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS APRESENTADOS.		
GOIÂNIA, _____ DE _____ DE _____.		
_____ ASSINATURA DO INTERESSADO		

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO, na data
da assinatura eletrônica.

VALFRAN DE SOUSA RIBEIRO
Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Habitação



Documento assinado eletronicamente por **Valfran De Sousa Ribeiro**,
Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, em
29/10/2024, às 21:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador
5460368 e o código CRC **6D32496A**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco E, 1º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 24.28.000004871-4

SEI Nº 5460368v1